

## DISCURSO DE POSSE – RECONDUÇÃO À PRESIDÊNCIA

Senhoras e Senhores,

Cumprimento o Presidente Vital do Rego/Jorge de Oliveira, a quem agradeço a hospitalidade e todo apoio oferecido para esta posse, Senador, Ministra, representantes das entidades do controle externo, do judiciário e do ministério público, OAB e Conselhos de Classe, meus colegas Conselheiros Substitutos, Conselheiros, Procuradores de Contas, auditores de controle externo, Ed. Fórum, nossa parceria de longa data, autoridades presentes, em especial todos que vieram do Pará e de Minas Gerais e já foram identificados pelo cerimonial.

Recebam, antes de tudo, a minha mais profunda e sincera gratidão pela presença de cada um nesta manhã.

Há encontros que não são obra do acaso. São encontros de trajetórias, de convicções e de propósitos. Como ensina a filosofia, os caminhos verdadeiramente significativos não apenas se cruzam — eles passam a caminhar juntos quando reconhecem um mesmo horizonte. Penso que é o que nos reúne aqui hoje: não apenas cargos, não apenas instituições, mas um propósito comum de fortalecimento da gestão pública, do controle externo e, por último, de aperfeiçoamento da República.

Há dois anos, quando assumi este desafio, eu tinha plena consciência da responsabilidade que me era confiada. Liderar uma associação nacional exige equilíbrio, firmeza e capacidade de diálogo. E ser mulher na liderança do controle externo não é apenas ocupar uma cadeira. É representar gerações que abriram caminhos com coragem. É ocupar espaços sem perder identidade e provar, todos os dias, que competência não tem gênero — tem compromisso.

Hoje, reafirmo o que disse na minha posse anterior: quando uma mulher ocupa espaço de liderança, não é apenas uma trajetória individual que avança. É a cultura organizacional que se transforma.

Ao longo desses dois anos, aprendi muito. Aprendi que liderar é, antes de tudo, servir. Aprendi que divergências não nos enfraquecem quando são tratadas com respeito. Aprendi que as grandes conquistas institucionais nascem da persistência cotidiana, muitas vezes invisível.

E, com esses aprendizados, fomos avançando.

Avançamos no fortalecimento institucional da nossa associação e na consolidação da nossa voz em debates nacionais.

Avançamos na interlocução com os Tribunais de Contas. E aqui quero agradecer cada um dos Presidentes, Conselheiros e Conselheiras que nos receberam com uma escuta atenta e disposição para ajustar e corrigir o que era preciso.

Avançamos na defesa técnica das nossas prerrogativas, reafirmando o caráter constitucional, técnico e essencial da nossa atuação no sistema de controle externo.

Também enfrentamos momentos sensíveis. Debates internos e desafios institucionais próprios de um processo de amadurecimento.

Mas preciso lembrar que nada disso começou agora. Por isso, faço questão de reconhecer, com respeito e gratidão, as gestões anteriores que construíram os alicerces sobre os quais hoje seguimos edificando. Desde os fundadores Itacir Todero, Luiz Carlos Pereira, Fernando Uchoa, Paulo César de Souza, Ediberto Lima e Delano Câmara, cada gestão - e não posso deixar de mencionar os quatorze anos de uma necessária e serena liderança do Ministro Marcos Bemquerer - cada associado que dedicou tempo e energia a esta causa contribuiu para que estivéssemos aqui. Somos fruto de uma construção coletiva.

Se hoje podemos projetar o futuro com segurança, é porque houve quem, antes, plantasse as bases com coragem.

Agradeço profundamente a confiança renovada para esta recondução. Mas a reeleição não é ponto de chegada. É ponto de partida. Recondução não é

repetição. É responsabilidade ampliada. É sinal de que o trabalho precisa continuar e temos desafios significativos pela frente.

O primeiro deles é reafirmar, de forma inequívoca, a unicidade da magistratura de contas.

A Constituição estruturou funções complementares dentro de um mesmo sistema de jurisdição de contas. Essas funções são constitucionalmente delineadas, complementares e indispensáveis. A Constituição não fragmentou a magistratura de contas, apenas fez distribuição harmônica de competências.”

E aqui eu faço um chamado para que tenhamos a compreensão conjunta de que defender a unicidade não é reivindicar espaço já ocupado por alguém. É proteger a coerência do modelo constitucional. É afirmar que a jurisdição de contas se fortalece quando reconhece a integração e a complementaridade de seus membros.

Não queremos sobreposição. Queremos integração. Precisamos fortalecer essa identidade de forma harmônica e integrada em todo o país.

E afirmo com clareza: a magistratura de contas é una. E seguirá unida.

Outro ponto que precisamos consolidar é a uniformização da nomenclatura do nosso cargo, de modo que a sociedade compreenda com clareza quem somos e qual é o papel que exercemos no controle externo.

A Constituição Federal utilizou a denominação “Auditor” em um contexto histórico específico. No entanto, o sentido jurídico contemporâneo dessa função já não guarda relação com as atribuições próprias da judicatura do cargo.

A nomenclatura precisa refletir, com precisão, a natureza e a extensão das competências exercidas. Clareza conceitual não é questão meramente formal — é requisito de transparência institucional e de adequada compreensão social do modelo constitucional de controle externo.

Quando a denominação não comunica com exatidão a função desempenhada, abre-se espaço para interpretações imprecisas e para

ruídos institucionais. E interessa a todo o sistema que haja coerência entre nome, função e responsabilidade.

É necessário, ainda, trabalhar por um regramento nacional mais claro na divisão de competências, que assegure segurança jurídica, previsibilidade e racionalidade administrativa. A sociedade cobra do controle externo resultados. E esses resultados serão cada vez melhores e maiores quanto mais claro e seguro for o papel de cada agente que faz o controle externo. Ainda temos assimetrias a serem superadas - são poucas, mas geram impacto significativo.

Por isso, temos um compromisso interno que não podemos adiar: avançar nos resultados no MMDI-TC. Embora tenhamos avançado na última avaliação, ainda há espaço relevante para aprimoramento, especialmente no critério QATC1, que trata da Composição, Organização e Funcionamento e abarca a dimensão dos Conselheiros Substitutos.

O Marco de Medição de Desempenho e Impacto dos Tribunais de Contas tornou-se referência nacional de qualidade institucional. Não podemos permitir que, no quesito que envolve as bases da composição e funcionamento dos tribunais de contas, os indicadores revelem fragilidades estruturais.

Os dados devem ser compreendidos como uma oportunidade de evolução institucional. Um chamado para:

- uniformizar boas práticas;
- fortalecer garantias funcionais;
- assegurar condições adequadas de trabalho;
- consolidar normativos internos coerentes com a Constituição;
- investir em formação continuada.

Melhorar o desempenho do QATC1 no MMD-TC não é apenas cumprir metas. É qualificar a jurisdição de contas. Estamos defendendo coerência constitucional e fortalecimento institucional.

Também desejamos aprofundar o diálogo com as demais entidades do controle externo.

Audicon, Atricon, IRB, CNPTC, Ampcon, ANTC, CNPCG, Abracom, Ibraop e Fenastc— não somos ilhas. Somos partes de um mesmo ecossistema institucional.

O controle externo brasileiro enfrenta transformações profundas: reforma tributária, inovação tecnológica, novas exigências de transparência, crescente judicialização das decisões, pressão por resultados mensuráveis.

Nenhuma entidade, isoladamente, dará conta dessa complexidade.

Precisamos de diálogo aberto, permanente e leal. Diálogo que permita divergências civilizadas, mas que priorize convergências estratégicas. Diálogo que fortaleça as instituições acima da perspectiva individual.

O controle externo só se tornará mais forte se agir de forma coordenada. E é nesse cenário que emerge um dos maiores desafios estruturais dos próximos anos: a fiscalização do Comitê Gestor do IBS.

A reforma tributária redesenhou a arquitetura federativa da arrecadação e da distribuição de receitas. O Comitê Gestor do IBS será uma instância de governança com enorme impacto financeiro e federativo.

E onde há gestão de recursos públicos de grande magnitude, há dever de controle. É um momento ímpar para o nosso sistema de Controle Externo, pois pela primeira vez temos um dever legal de atuação colegiada de caráter nacional, que será compartilhada e coordenada. Não se trata de uma faculdade, mas de um dever legal. A fiscalização do Comitê Gestor exigirá:

- cooperação entre Tribunais de Contas;
- definição clara de competências;
- construção de metodologias comuns;
- domínio técnico aprofundado em matéria tributária e federativa;
- maturidade institucional para evitar conflitos de atribuição.

Precisaremos estar preparados para atuar com independência técnica, responsabilidade federativa e visão sistêmica. E aqui eu destaco o grupo de trabalho interinstitucional das entidades, coordenado pelo dedicado Conselheiro do TCE-ES, Domingos Taufner e criado em 2024 e que já está atuando na implementação desse Colegiado.

Não é um desafio pequeno. É um teste institucional.

Não por acaso me permitam fazer uma analogia com um símbolo que acabou se tornando minha marca registrada: a borboleta.

A borboleta representa transformação, mas não qualquer transformação. Ela nos lembra que processos profundos exigem tempo, estrutura e silêncio construtivo. A metamorfose não acontece por ruptura abrupta, mas por evolução orgânica.

Que sejamos como a borboleta institucionalmente: capazes de nos transformar sem perder essência; capazes de evoluir sem negar nossas bases constitucionais; capazes de alçar voos mais altos porque fortalecemos nossas estruturas internas.

Transformação com identidade. Evolução com coerência.

Por isso, faço aqui um chamado sincero: que sigamos unidos.

Unidade institucional não exige uniformidade de pensamento.

Significa comprometimento com o diálogo.

Significa capacidade de construir consensos possíveis.

A história demonstra que instituições sólidas não nascem do isolamento, mas da cooperação.

E assim, já me encaminho para o fim, com a certeza de que nenhuma liderança se sustenta sozinha. Por isso agradeço à minha família, que compreendem minhas ausências, que sustentam minhas convicções nos dias difíceis, que celebram silenciosamente cada conquista e que me lembram, todos os dias, de onde eu vim e por que faço o que faço.

Também preciso fazer um agradecimento especial ao meu Tribunal de origem, Tribunal de Contas do Estado do Pará, nas pessoas da Conselheira Rosa Egídia e Conselheiro Fernando, cujo apoio foi e continua sendo essencial para que eu consiga realizar esse trabalho.

Também gostaria de fazer um agradecimento a toda diretoria pelas trocas, pelo trabalho e dedicação diários e incansáveis.

Eu também não posso deixar de agradecer à minha equipe, que para além dos aspectos profissionais, também cuida de mim enquanto pessoa. Então eu quero agradecer aqui na pessoa da Tânia, da Cyntia e da Nathália, por toda a dedicação abnegada, pelo comprometimento irrestrito com a nossa associação.

Muito do que construímos não seria possível sem a força delas. Claro que eu também estendo esse cumprimento aos demais membros da minha equipe, Shayene, Raimundo, Augusto, Meriam e Ana Léa por todo o apoio irrestrito que dão no gabinete para que a gente possa continuar esse trabalho.

Colegas, os próximos dois anos exigirão maturidade, coragem e coesão.

Maturidade para compreender que instituições sólidas se constroem com diálogo.

Coragem para sustentar princípios quando necessário.

Coesão para que nossas diferenças nunca superem nosso propósito em comum.

Que possamos continuar caminhando juntos e finalizo com uma convicção: Instituições fortes nascem da combinação entre princípios inegociáveis e disposição para construir.

Recebo esta recondução com humildade e determinação.

Seguimos juntos — com consciência do que representamos, com responsabilidade pelo que decidimos e com compromisso pelo país que ajudamos a construir.

Muito obrigada.

Milene Cunha

Conselheira Substituta TCE/PA

Presidente Audicon